
Formação de educadoras(es) ambientais no Brasil: Salas Verdes como estruturas educadoras

Dziekaniak Vasconcelos Cibele¹, Ariza Ariza Leidy Gabriela ², Freitas José Vicente³

Categoría # 2. Trabajo de investigación en proceso
Línea de trabajo #6. Educação Ambiental

Resumo

Aborda a relação entre as políticas ambientais e a formação de educadoras (es) ambientais, a partir da análise do Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA) e as Salas Verdes como exemplo de espaços/estruturas educadoras. Neste sentido, o trabalho discute o potencial do Projeto Sala Verde, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), na formação de educadoras (es) ambientais, bem como problematiza a respeito dos desafios impostos.

Palavras-chave

Educação Ambiental. Políticas ambientais. Projeto Sala Verde.

Objetivo

O presente trabalho tem por objetivo apontar o grande potencial de atuação das Salas Verdes no campo da Educação Ambiental como estruturas

¹ Doutoranda em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Biblioteconomia pela FURG e mestrado em Engenharia de Produção (PPGEP/UFSM). Atua como bibliotecária coordenadora da Biblioteca Setorial do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e Sala Verde Judith Cortesão da FURG – Universidade Federal do Rio Grande cibelevasconcelos@gmail.com

² Doutoranda em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) do Convênio da Organização de Estados Americanos e COIMBRA Brasil. Licenciatura em Química UDFJC e Mestrado em Docência da Química UPN. leidygabrielaa@yahoo.es

³ Pós-Doc. em Ciências Ambientais (USP). Doutor em História e Sociedad da UNESP. Professor na Universidade Federal do Rio Grande (FURG, Brasil), Coordenador do Programa de Educação Ambiental do Porto de Rio Grande (Brasil). Consultor ad hoc da UNESCO e PNUD jvfreitas45@gmail.com

educadoras contínuas no processo de formação de educadoras(es) ambientais, bem como enquanto estratégia de democratização da informação socioambiental e veículo promotor do direito de acesso à informação.

Marco Teórico

Políticas ambientais e a formação de educadoras(es) ambientais

Políticas ambientais como o ProFEA enfatizam que a educação, intencionada, planejada, desenvolvida e avaliada precisa se valer tanto dos espaços da educação formal quanto das instâncias de participação democrática e de todo o espaço público. É, ou pode ser educadora, não apenas uma sala de aula, mas também um viveiro, uma trilha interpretativa ecológica, uma mostra fotográfica, as Salas Verdes, os Centros de Educação Ambiental, os Sistemas de Informação (Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA), Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA), bases de dados), entre outros (Brasil, 2006).

Em sua metodologia de Programa de Formação, o ProFEA propõe um conjunto de procedimentos denominado de "4 Processos Educacionais". São eles: 1) Formação de Educadoras(es) Ambientais; 2) Educomunicação Socioambiental; 3) Educação através da Escola e de outros Espaços e Estruturas Educadoras; 4) Educação em Foros e Colegiados.

Na perspectiva desta proposta, a multiplicidade de espaços é condição para a continuidade e autogestão do processo formativo, o qual não seria possível se a educação fosse contemplada apenas presencialmente em sala de aula, entre educador(a) e educanda(o). Além disso, o ProFEA busca:

[...] a potencialização de processos de formação de educadoras(es) ambientais, por intermédio do estabelecimento de articulações entre instituições que atuam com atividades socioambientais de caráter pedagógico. Estas articulações propiciam a harmonização de interesses entre as instituições e as pessoas, entre as demandas e ofertas de processos formativos em educação ambiental visando à construção de sociedades sustentáveis. (Brasil, 2006, p. 11).

Neste sentido, o ProFEA cita as Salas Verdes como exemplo de espaços/estruturas educadoras. O Projeto Sala Verde se insere no contexto das políticas públicas ambientais desenvolvidas no Brasil e surgiu como uma estratégia para a democratização do acesso às informações socioambientais e promoção da

formação ambiental. Portanto, pretende-se aprofundar o debate em torno do Projeto Sala Verde como potencializador do processo de formação de educadoras(es) ambientais.

Salas Verdes como estruturas educadoras e promotoras do direito de acesso à informação ambiental

Cabe ao Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA) coordenar as ações educativas que se desenvolvem através de práticas sociais não escolares (Brasil, 2008). Segundo Tamaio (2007), o DEA foi instituído pelo MMA com a missão de desenvolver ações de políticas públicas, embasadas nas diretrizes da PNEA. Tais ações se desenvolveram na esfera da formulação e da gestão de políticas públicas, por meio de articulações e fortalecimentos de instâncias e fóruns representativos da sociedade. Este estilo de política repercutiu em um conjunto de programas e projetos e foi neste contexto que se originou o Projeto Sala Verde.

Sendo assim, o Projeto Sala Verde surgiu em 2000, coordenado pelo DEA/MMA, a partir da demanda espontânea por publicações que chegavam ao Centro de Informação e Documentação Ambiental do MMA. Inicialmente, foi concebido com foco no caráter “biblioteca verde” que estes espaços poderiam assumir e, a partir do desenvolvimento e evolução do projeto, visualizaram-nas como espaços com múltiplas potencialidades que, além da disponibilização/democratização do acesso às informações, pudessem desenvolver diversas ações/atividades de Educação Ambiental (EA), a partir de parcerias com instituições para o desenvolvimento de projetos (Brasil, 2012).

Logo, o Projeto Sala Verde constituiu-se como uma estratégia de política pública para o incentivo à implantação de espaços socioambientais, denominados de Salas Verdes, a fim de atuarem como potenciais Centros de Informação Ambiental, por meio da disseminação/democratização da informação socioambiental. Em 2004, iniciou-se a seleção de Salas Verdes por editais e, a partir da evolução do Projeto, estas passaram a promover ações de reflexão/construção do pensamento/ação ambiental, atuando como Centros de Informação e Formação Ambiental. Encontram-se cadastradas no site do MMA 359 Salas Verdes.

As Salas Verdes são citadas no terceiro Processo Educacional do ProFEA, denominado “Educação através da Escola e de outros Espaços e Estruturas Educadoras”, como exemplo de espaços/estruturas educadoras, no sentido de fazerem parte de uma dinâmica contínua de processos de formação de educadoras(es) ambientais, a partir de diferentes contextos.

Entretanto, para desempenhar a função de estrutura educadora, uma Sala Verde precisa estar planejada para oferecer um rol de possibilidades educacionais de aprendizagem, por meio de diferentes instrumentos, tais como: cursos, palestras, oficinas, exposições, encontros dialógicos, trabalhos de campo, campanhas, trilhas, atividades culturais, programas radiofônicos e de TV, promoção da disseminação/direito de acesso à informação socioambiental de qualidade e atualizada, etc. Além disso, o ProFEA também destaca que os espaços e estruturas educadoras devem:

[...] induzir ações e reflexões em prol da qualidade ambiental e de vida comuns. Deve ficar muito claro que a educação não se dá sem intencionalidade educacional e estes espaços e estruturas devem ser planejados com a explicitação desta intencionalidade. Todo encontro é educativo, toda vivência humana pode ser educativa, mas só é educador o encontro e a vivência que tiverem sido planejados para isso. Se aprendemos e nos formamos com aquilo que vivemos, podemos pensar os espaços e as estruturas do cotidiano para que instiguem e propiciem afeições, sensações, reflexões e ações condizentes com um projeto de sociedades sustentáveis, democráticas e felizes (Brasil, 2006, p. 24).

Com isso, cabe aos gestores das Salas Verdes estimularem ações e reflexões em prol da qualidade ambiental e de sociedades sustentáveis e democráticas, por meio de ações deflagradoras, como por exemplo, segundo Brasil (2006): fortalecer as competências e habilidades de domínio de ferramentas tecnológicas de informação pelas(os) educadoras(es) ambientais; promover a expressão comunicativa das(os) educadoras(es) ambientais, além de incentivar as inserções educativas no rádio, televisão e mídia impressa, músicas e sistemas de informação, objetivando o estímulo e apoio à qualificação de pessoas na utilização, produção, recepção e gestão dos instrumentos de informação e meios de comunicação; bem como promover a ação comunicativa continuada, como forma de estímulo à participação.

A diversidade de pesquisas, projetos e experiências que estão sendo realizadas por inúmeras(os) educadoras(es) ambientais e demais profissionais em torno das grandes questões socioambientais globais necessitam de diálogo. Para se promover um encontro dialógico entre estas experiências, torna-se necessário o acesso democrático às informações socioambientais, assim como a democratização, gestão da coleta, da produção, da atualização, da avaliação, da recuperação e do arquivamento de informações de interesse ambiental e correlatas à área.

Considera-se a informação socioambiental um bem social e um direito coletivo que empodera os cidadãos para uma efetiva participação no processo de tomada de decisão, no acesso à justiça em matéria de meio ambiente e no exercício dos seus direitos e deveres. Ao reconhecer que todo o indivíduo tem direito a viver num ambiente adequado à sua saúde e bem-estar e o dever de proteger e melhorar o ambiente em benefício das gerações atuais e futuras, também se deve considerar que para defender este direito e cumprir este dever, os cidadãos necessitam de informação socioambiental de qualidade, atualizada, de fácil acesso e integrada.

A informação ambiental tem papel fundamental na superação da crise ambiental que vivemos. Encontra-se limitada, pois não há conexão entre os mundos da informação e a realidade das populações atingidas pelas políticas públicas (Tavares e Freire, 2003). Portanto, as Salas Verdes devem facilitar a difusão da informação ambiental, atuando como potenciais centros de democratização da informação ambiental e contribuindo para o desenvolvimento autossustentável.

Metodologia

A pesquisa apresenta um caráter explicativo por que tem como preocupação principal identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos e é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Quanto á abordagem, optou-se pela qualitativa.

Os procedimentos técnicos utilizados na elaboração do referido estudo foram: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A exploração documental se fez em duas etapas. Primeiramente, foi realizada a análise do documento ProFEA, utilizando-se a ferramenta Atlas Ti (programa de computador que dá suporte à interpretação textual). Posteriormente, foram analisados os documentos de diagnósticos e relatórios de gestão do Projeto Sala Verde (DEA/MMA) de 2004, 2007 e 2010. Alguns apresentaram pouca validade/qualidade, visto que a amostragem utilizada foi baixa. Por fim, foram relacionados os elementos da política ambiental ProFEA com o Projeto Sala Verde.

Dentre os demais instrumentos de coleta de dados foram utilizados para a realização da pesquisa a entrevista não-estruturada, a observação assistemática, observação participante natural, anotações de campo de natureza reflexiva, análises de documentos internos, além da lista de discussão, site e blog do Projeto Sala Verde.

Resultados

Portanto, a pesquisa levantou dados sobre a situação atual do Projeto Sala Verde, evidenciando as problemáticas de gestão, de diálogo e de investimentos no referido Projeto, tanto pelo DEA, seu órgão gestor, quanto pelas instituições que o abrigam, mas principalmente, procurou apontar o grande potencial de atuação das Salas Verdes no campo da EA como estruturas educadoras contínuas no processo de formação de educadoras(es) ambientais, enquanto estratégia de democratização da informação socioambiental e veículo promotor do direito de acesso à informação. A intenção do referido trabalho em relação ao Projeto Sala Verde foi a de problematizar a respeito dos desafios impostos, bem como inseri-lo num movimento ainda necessário ao campo de políticas públicas, no que diz respeito à revisão crítica e ao entendimento do processo de constituição, permanência e avaliação de projetos.

Evidentemente, se torna importante a realização de uma investigação mais aprofundada sobre o referido Projeto. Entretanto, percebe-se que o contínuo diálogo e envolvimento do DEA com as Salas Verdes tornam-se necessários, a fim de potencializar e tornar as práticas de Educação Ambiental mais visíveis, integradas e efetivas, permitindo, inclusive, o trabalho em conjunto com outros projetos e políticas ambientais.

Percebeu-se, por meio da coleta de dados, que diversas Salas Verdes desempenham a função de estruturas educadoras e oferecem um rol de possibilidades educacionais de aprendizagem e de formação, por meio de diferentes instrumentos, ou seja, várias Salas Verdes estão desempenhando importantes atividades de formação de educadoras(es) ambientais no Brasil, conforme as diretrizes abordadas no ProFEA.

Considerações finais

Destaca-se o grande potencial do Projeto Sala Verde e sua atuação no campo da EA enquanto estratégia de política pública ambiental. Evidencia-se a atuação das Salas Verdes como estruturas educadoras no processo de formação de educadoras(es) ambientais, como Espaços Educadores Sustentáveis, além da atuação como espaços estratégicos para a democratização da informação socioambientais e promoção do direito de acesso à informação. Entretanto, cabe aos gestores das Salas Verdes reconhecerem e assumirem o papel das SVs enquanto estruturas educadoras, assim como mediadoras da informação e do conhecimento, bem como apoiarem o processo de tomada de decisão e de participação popular na elaboração e implementação de políticas públicas ambientais.

Acredita-se na potencialização das ações do Projeto Sala Verde, a partir de uma visão sistêmica e participativa, permitindo a integração dos diferentes processos educacionais como universidades, escolas, ONG's e demais envolvidos com as questões ambientais.

A multiplicidade de espaços é condição para a continuidade e autogestão do processo formativo e, sendo assim, as mais de 350 Salas Verdes espalhadas pelo Brasil são reais potencializadoras de processos de formação de educadoras(es) ambientais, por serem instituições que atuam com atividades socioambientais de caráter pedagógico. Portanto, por meio do estudo realizado, conclui-se que as articulações de diversas Salas Verdes estão propiciando demandas e ofertas de processos formativos em Educação Ambiental visando à construção de sociedades sustentáveis, de acordo com as recomendações do Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA).

Referências bibliográficas

- Brasil. (2006). Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. *Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA): por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade*. Brasília: OG-PNEA,. (Série Documentos Técnicos, 8).
- Brasil. (2008) Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. *Relatório de gestão 2007 a julho de 2008*. Brasília: OG-PNEA.
- Brasil. (2012). Ministério do Meio Ambiente (MMA). Departamento de Educação Ambiental. *Projeto Sala Verde*. Brasília: MMA.
- Tamaio, I. (2007). *A política pública de EA: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da DAE do MMA: Gestão do Governo Lula (2003-2006)*. 176 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília.